

INTRODUÇÃO A ECONOMIA

Nesta aula, iniciaremos a disciplina com uma introdução a Economia. Primeiramente, analisaremos o conceito de Economia e, principalmente, seu principal dilema. Na segunda seção conheceremos os tipos de sistemas econômicos. Finalmente, estudaremos a divisão do estudo econômico. Prontos para a primeira aula?!

Objetivos de aprendizagem

Ao final desta aula, vocês serão capazes de:

- entender o conceito de Economia e seu objeto de estudo, bem como compreender o principal dilema da Economia;
- conhecer os tipos de Sistemas Econômicos, como eles estão organizados e seus principais ideais;
- conhecer e entender a divisão do estudo econômico;
- diferenciar a abordagem micro e a macroeconômica.

Seções de estudo

- **Seção 1** - *Por que Estudar Economia?*
- **Seção 2** – *Sistemas Econômicos ou Regimes Econômicos*
- **Seção 3** – *As Áreas de Estudo da Economia*

Seção 1 – Por que Estudar Economia?

Muitas vezes, mesmo não sendo diretamente do ramo em que atuamos ou pretendemos atuar, nos deparamos com fatores ligados à Economia. Basta ligarmos a televisão, o rádio ou encontrarmos um amigo que, todos os dias, escutamos e tratamos de assuntos como:

- o aumento do preço dos alimentos.
- o fato de, com nosso salário, não conseguirmos comprar tudo o que comprávamos há algum tempo atrás (em economia, este fato é chamado de perda do poder de compra do salário).
- os índices de desemprego.
- a desvalorização ou valorização de nossa moeda frente às principais moedas mundiais (dólar e euro).
- a vulnerabilidade ou dependência do país com relação ao exterior.
- o aumento ou redução da taxa de juros.
- o déficit ou superávit governamental.
- a elevação ou redução dos impostos e como o governo gasta o que arrecada.
- as diferenças de renda entre diversas regiões do país.
- períodos de crescimento e prosperidade econômica, como também períodos de recessão e crise econômica.

Vale acrescentar também, o fato de a Economia ser o tema central no debate político de todos os países. Mais ainda, os eleitores e políticos são extremamente sensíveis aos fatos que afetam a Economia. Basicamente, os candidatos ao governo prometem acabar com o desemprego, controlar a inflação, melhorar a distribuição de renda e o crescimento econômico. Todas estas propostas estão intimamente ligadas à economia e, principalmente, a macroeconomia.



Você imaginava que a Economia estivesse tão presente em sua vida?

1 INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1.1 Economia como Ciência Social

As Ciências Sociais, também chamadas Ciências Humanas ou do Comportamento, estudam os diferentes aspectos do comportamento humano. Entre estes diferentes aspectos, está o comportamento do homem dentro do sistema econômico (ROSSETTI, 2002, p. 31). Dito isto, pode-se considerar as Ciências Econômicas como parte das Ciências Sociais, apesar de sempre relacionarmos a Economia à Matemática e Estatística.

Nas Ciências Econômicas, estuda-se o comportamento dos indivíduos e suas decisões com relação à produção, troca e consumo dos bens e serviços. Em outras palavras, estuda-se a complexa relação do homem dentro das atividades econômicas.

As Ciências Econômicas são consideradas um dos mais complexos ramos das Ciências Sociais.

1.2 O Conceito de Economia

Economia é uma ciência social que estuda “como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas” (VASCONCELLOS, 2008, p. 02).

A partir desta definição, é possível fazer duas constatações básicas e importantes para o estudo de Economia.

Primeiramente, pode-se afirmar que não é possível estabelecer um limite para as necessidades humanas, consideradas ilimitadas (NUSDEO, 2008, p. 23).


As necessidades econômicas básicas dos indivíduos como alimentação e higiene, por exemplo, são contínuas, mesmo que estas já foram atendidas e satisfeitas hoje, elas ainda terão que ser atendidas amanhã e no dia seguinte, enfim, continuamente. Este fato exige que a produção dos bens que atendam e satisfaçam as necessidades econômicas básicas também precisam ser contínua.

Além disso, os seres humanos sempre estiveram em constante busca por novos bens e novos serviços, graças ao contínuo crescimento da população, ao crescente e justificável desejo de elevação do padrão social, às inovações tecnológicas e o poder dos meios de comunicação (os dois últimos são responsáveis por trazer novas necessidades ou descobrir diferentes maneiras de atender as necessidades antigas).

Em segundo lugar, ao contrário do que ocorre com as necessidades humanas, os recursos produtivos, usados na produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades, são limitados (NUSDEO, 2008, p. 25).

Recursos produtivos ou, também chamados fatores de produção, são todos os fatores utilizados ou empregados no processo de produção de bens e serviços finais. A mão de obra, terra, água, energia, máquinas, equipamentos diversos, matérias primas, dentre outros, são exemplos de recursos produtivos.

SABER MAIS



Recursos naturais = solo, minerais e água.
Recursos humanos = atividade humana usada na produção, mão de obra.
Capital = bens materiais produzidos pelo homem e utilizados no processo de produção de outros bens. Exemplo: tratores, caminhões, computadores, colheitadeiras, máquinas e equipamentos.
Insumos = são bens de capitais muito utilizados na agricultura. Os insumos, depois de entrarem no processo de produção, se transformam e não podem ser reconhecidos no produto final. Exemplo: sementes, fertilizantes, inseticidas, herbicidas, vacinas, rações, combustíveis, etc.

Sabemos que a maioria dos recursos produtivos (como o petróleo e as jazidas de minérios) não são renováveis, ou seja, os países possuem estoques fixos destes recursos. Mesmo aqueles recursos produtivos que podem ser renováveis acabam tendo sua capacidade de renovação comprometida pelo uso excessivo (é o caso do esgotamento do solo pela aplicação maciça de agrotóxicos) (NUSDEO, 2008, p. 27).

Nenhum país, seja ele rico ou pobre, ou ainda com acesso a avançadas tecnologias de produção, está livre de esbarrar no problema da saturação dos seus recursos produtivos que necessita.

Como os recursos são escassos, seu uso tem que ser racional e bem administrado. O objetivo da economia deve ser a utilização plena de seus recursos produtivos, para que não existam recursos produtivos desempregados ou ociosos.

Assim, a economia deve empregar seus recursos produtivos escassos da maneira mais eficiente possível na produção de bens e serviços, para que satisfaçam as necessidades e desejos infinitos da sociedade. Pois, como observa Fulano Lionel C. Robbins:

CONCEITO

“A Economia é, pois, a ciência que estuda as formas do comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos”. (ROBBINS, 1945, p.16)

1.3 Objeto de Estudo da Economia

A partir da definição de economia mostrada acima, podemos derivar alguns tópicos importantes que são a base e o objeto de estudo da Economia. São eles:

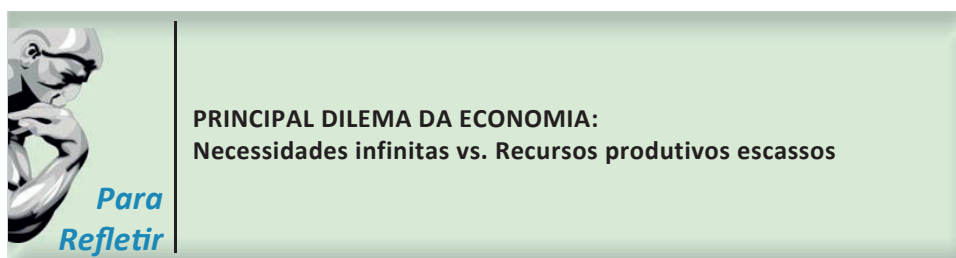
- escolha;
- escassez;
- necessidades;

- recursos produtivos;
- produção, distribuição e consumo.

1.4 O Dilema da Economia: o problema da escassez

As constatações acima trazem a tona o problema da escassez: recursos produtivos limitados frente às necessidades humanas ilimitadas (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 12).

Tais recursos produtivos limitados serão utilizados no processo de produção de uma infinidade de bens e serviços que irão satisfazer as necessidades ilimitadas dos indivíduos, o que leva ao principal dilema da Economia: como alocar eficientemente os recursos produtivos limitados a fim de satisfazer as necessidades e desejos humanos ilimitados.



Com o objetivo de alocar eficientemente recursos produtivos limitados, a economia deve tentar resolver seus problemas econômicos fundamentais (VASCONCELLOS, 2008, p. 03):

- o que e quanto produzir?
- como produzir?
- para quem produzir?

Os países devem decidir quais os produtos que serão produzidos e as respectivas quantidades a serem fabricadas. Terá também que decidir como será realizada a produção, ou seja, os produtores escolherão dentre os métodos mais eficientes, aquele que tiver o menor custo de produção possível. Lembrando também que há a preocupação com a distribuição da produção entre a sociedade.

Na tentativa de driblar tal dilema, a Economia deve estudar “como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas” (VASCONCELLOS, 2008, p. 02). Perceba que, do problema da Economia chegamos a sua própria definição.

Seção 2 – Sistemas Econômicos ou Regimes Econômicos

Todo país tem uma forma particular de se organizar com relação à produção, distribuição e consumo dos bens e serviços que produz e que serão utilizados pela sociedade, a qual tem como objetivo a melhoria de seu padrão social e bem estar.

Dizendo de outra maneira, cada país está organizado de acordo com uma forma política, social e econômica, ou seja, cada país se encaixa em um tipo de regime econômico.

Os sistemas econômicos são classificados em dois tipos: sistema capitalista ou economia de mercado e sistema socialista ou economia centralizada.

Nesta seção, faremos uma análise detalhada de cada tipo de sistema econômico. Suas principais características e a forma como os problemas econômicos são resolvidos em cada um deles.

2 TIPOS DE SISTEMA ECONÔMICO

2.1 Sistema Capitalista ou Economia de Mercado

O capitalismo é caracterizado como um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção – o capital, na divisão do trabalho e na importância da moeda.

Capital é definido como as máquinas, instrumentos, equipamentos, fábricas, terras, matérias primas, tecnologia, dentre outros bens utilizados no processo de produção de bens e serviços. No capitalismo, esse capital é de propriedade privada do capitalista, o que pode se apropriar de parte da renda gerada no processo de produção.

A divisão do trabalho trouxe consigo a especialização da produção, ou ainda, o uso mais intensivo de capital por trabalho – também conhecido como mecanização. A consequência da especialização é o aumento da produtividade.

Juntamente com o capital e a especialização, a moeda é a terceira característica da economia capitalista e é considerada uma das maiores invenções da história da humanidade.

Os indivíduos não trocam mercadorias, mas as vendem em troca de moeda para comprar as mercadorias que necessitam. A partir disso, percebemos a importância da moeda na sociedade. Nesse sentido, o sistema capitalista pode ser subdividido em dois outros sistemas econômicos:

2.1.1 Sistema de concorrência pura

O sistema de concorrência pura baseia-se nos ideais do liberalismo econômico do “*Laissez-faire, Laissez-passer*” que, prevaleceram na economia

norte-americana e europeia durante o final do século XIX até o início do século XX. Esta expressão sugere a não intervenção do Estado na economia, ou seja, o liberalismo econômico (ROSSETTI, 2002, p. 304).

A principal característica deste sistema é a não intervenção do governo no funcionamento da economia. O Estado deveria se preocupar em garantir a justiça, paz, segurança, saúde e educação, enquanto as questões econômicas ficariam a cargo do próprio mercado.

As ideias liberais, nas quais este tipo de sistema se baseia, defendem que a economia trabalha e funciona guiada por uma “mão invisível” (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 19), a qual regula e coordena a economia eliminando qualquer desequilíbrio do mercado através do mecanismo de preços. Assim, todos os problemas econômicos são resolvidos pelo mecanismo de preços.

Neste tipo de sistema econômico, os agentes econômicos (indivíduos e empresas) agem isoladamente, ou seja, cada agente se preocupa com seu próprio negócio, procurando apenas sobreviver à concorrência ao comprar e vender produtos finais e fatores de produção e, assim maximizar seus lucros. Enquanto isso, os consumidores procuram consumir o máximo de bens e serviços de acordo com sua renda e maximizar a satisfação de suas necessidades.

Suponhamos que todos os indivíduos da sociedade desejem consumir mais pães. Se a quantidade disponível de pães no mercado for menor que a demanda, conseqüentemente, a própria disputa entre os indivíduos para adquirir pães forçará o preço dos aumentar.

Assim, aqueles que não tiverem condições de pagar o preço vigente serão eliminados do mercado. Além disso, com a alta do preço, os produtores estarão dispostos a produzir mais pães e colocar mais deste produto a venda no mercado ocasionando assim, a queda desse alimento.

Suponhamos, agora, que haja um excesso de camisas no mercado, ou seja, a quantidade de camisas a venda no mercado é maior que a demanda. Neste caso, a concorrência entre os vendedores para vender seus produtos aos poucos demandantes resultará na formação de estoques nas empresas, forçando o preço para baixo, pois como existe um excesso de oferta, vende quem tem o melhor preço. Um preço mais baixo das camisas acaba estimulando a demanda de sapatos e os produtores irão adaptar a quantidade ofertada à quantidade demanda.

Analisando estes dois exemplos, pode-se perceber que a flutuação do preço dos pães (no primeiro exemplo) e do preço das camisas (no segundo exemplo) é responsável para eliminar os excessos de demanda e oferta. Em outras palavras, o mecanismo de preços é o principal responsável para que as quantidades demandadas e ofertadas da economia estejam em equilíbrio.

O mecanismo de preços, ou mão invisível, atua da mesma forma no mercado de fatores de produção. Por exemplo, se houver maior demanda por

Tenham em mente que não (RETIRAR) o (o não?) equilíbrio entre oferta e demanda não é atingido de forma tão rápida e fácil, ou seja, “o mecanismo de preços é um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximações sucessivas, para alcançar o equilíbrio entre a oferta e demanda” (VASCONCELLOS, 2004, p. 19).

jornalistas do que por advogados, as oportunidades de trabalho serão melhores para os jornalistas, assim como o salário.

2.1.2 Críticas ao sistema de concorrência pura

As críticas a este tipo de sistema econômico são pertinentes.

- o mecanismo de preços não funcionam tão livremente: os preços não podem flutuar tão livremente devido a existência de sindicatos (os quais têm poder para fixar os salários e não deixar que estes caiam abaixo de um mínimo) e, dos monopólios e oligopólios (que têm poder de fixar o preço de seus produtos e não permitir a queda dos mesmos).
- o mercado sozinho não promove a perfeita alocação dos recursos produtivos (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 22).
- o mercado, sozinho, não promove a perfeita distribuição da renda, pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro e não com as questões ligadas a distribuição justa da renda (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 22).
- existem investimentos que requerem um grande capital e trarão retorno somente depois de um longo prazo. Tais investimentos não são interessantes às empresas privadas e são muito importantes para a sociedade, por isso, são considerados investimentos típicos do governo. São exemplos deste tipo de investimento, a construção de estradas, portos e usinas hidrelétricas.

Estas críticas justificam a intervenção do Estado na economia complementando a iniciativa privada (realizando investimentos que não são interessantes para as empresas privadas), regulamentando o poder dos monopólios e oligopólios (impedindo que estes fixem um preço muito alto para seus produtos e garantindo a cobrança de um preço justo), fixando salários e preços mínimos, protegendo o produto nacional da concorrência externa (através da cobrança de tarifas às importações), dentre outras ações que cabem ao governo.

2.1.3 Sistema de economia mista

Os sistemas de economia mista passaram a predominar a partir de 1930 e é, atualmente, o sistema econômico predominante na maioria dos países. Neste tipo de sistema econômico, ainda prevalecem as forças do mercado, mas a principal característica deste sistema é o papel econômico desempenhado pelo governo.

O objetivo deste tipo de economia é a alocação eficiente dos recursos produtivos escassos, manter o crescimento econômico, baixas taxas de inflação, baixos níveis de desemprego, distribuição justa da renda (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 21), boas condições de trabalho, assistência social e bons serviços públicos. Tais objetivos podem ser atingidos com a intervenção do Estado nas questões econômicas.

O Estado intervém na economia complementando a iniciativa privada, principalmente com investimentos em infraestrutura básica, um setor que necessita de investimentos pesados que só geram lucro a longo prazo. O Estado Intervém, também, na formação de preços em alguns setores, por intermédio de agências públicas reguladoras como a ANATEL e a ANEEL.

Desse modo, cabe ao Estado fornecer serviços públicos, como saneamento básico e energia elétrica e bens públicos, como segurança nacional, por exemplo. Ambos levam a uma melhoria no padrão de vida e acabam gerando emprego e renda à sociedade. Além disso, as empresas governamentais são grandes demandantes de bens e serviços do setor privado.

Assim, cabe à iniciativa privada produzir bens e serviços que a sociedade necessita de maneira competitiva, para que sempre tenham lucro e continuem produzindo. Estes bens e serviços, graças à competição no mercado, devem ser de qualidade e bom preço.

Portanto, por meio da interação entre a iniciativa privada e o governo, os problemas econômicos básicos são resolvidos em uma economia mista.

2.2 Sistema Socialista ou Economia Centralizada

O socialismo é formado por um conjunto de ideias sociais, políticas, econômicas e ideológicas que defendem a abolição das desigualdades entre as classes sociais, a limitação ao direito de propriedade privada e a propriedade coletiva dos meios ou fatores de produção via poder público (Disponível em: <http://www.academia.edu/7206352/PROFESSORA>, acesso em: 18/09/2014).

Em um sistema socialista, as máquinas, instrumentos, equipamentos, fábricas, terras e matérias primas usadas na produção, pertencem a toda sociedade representada pelo Estado. Porém, os meios de sobrevivência, como roupas, alimentos, automóveis e móveis, pertencem aos indivíduos (VASCONCELLOS, 2002, p. 26).

Ao contrário do capitalismo, os preços não seriam determinados pelas forças do mercado e não haveria a busca incessante por lucros excessivos. Os preços dos bens e serviços seriam determinados pelos custos de produção e existiria apenas uma margem de “lucro” para manutenção do capital.

Em uma economia centralizada, o Estado é o centro decisório, ou seja, todas as decisões políticas, sociais e econômicas cabem ao governo. Os três problemas fundamentais da economia são resolvidos pelo governo, especificamente, pelos órgãos de planejamento centrais. Diferentemente do capitalismo, onde os problemas são resolvidos pelo mercado.

Basicamente, antes de realizar a produção, o Estado ou órgão de planejamento central faz um levantamento das necessidades do país a serem


atendidas (pode ocorrer por meio de consultas à população ou outras formas de pesquisa) e dos recursos de produção disponíveis para realizar a produção. A partir daí, faz-se uma avaliação das necessidades prioritárias a serem atendidas e as quantidades de cada bem que serão produzidas (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 25).

O problema da distribuição da produção entre a sociedade pode ser resolvido de duas formas. Em países ou economias menores e menos desenvolvidas, atribui-se uma quantidade física de bens e serviços a cada cidadão, família ou grupo de pessoas, os quais receberão cartões ou cupons de racionamento para realizarem suas compras em estabelecimentos públicos. A quantidade de produtos e serviços que cada um pode adquirir é determinada, também, pelo órgão central de planejamento, conforme seu mérito e/ou necessidade.

Em países ou economias maiores e mais desenvolvidas, o Estado estabelece indiretamente a distribuição dos bens e serviços. Como único empregador é o Estado, ele determina a hierarquia salarial e os níveis de salário, os quais dependem da produtividade e especialização do trabalhador.

Como único vendedor, ele fixa o preço dos bens e serviços, podendo taxar alguns produtos considerados supérfluos ou que possuem grande demanda e, subsidiar produtos que existem em abundância no país visando sempre eliminar qualquer excesso de demanda em relação à oferta e vice versa (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 27).

Atualmente, existem apenas 03 economias centralizadas no mundo, são elas: Cuba, Coreia do Norte e Mianmar (Birmânia).



Em qual das estruturas de mercado se encaixa o país onde você reside?

Seção 3 – As Áreas de Estudo da Economia

O estudo da Economia é composto por um conjunto de teorias, entre as quais existe uma diferença básica: as que analisam os agentes econômicos

individuais e as que analisam a economia de forma agregada. Por isso, a Economia é dividida em quatro áreas de estudos: microeconomia, macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia internacional.

3 DIVISÃO DO ESTUDO ECONÔMICO

3.1 Microeconomia

A Microeconomia é o ramo da Economia que se preocupa em analisar o comportamento individual dos agentes econômicos. Tais agentes incluem os consumidores, trabalhadores, produtores, investidores, as empresas ou firmas e a indústria. Particularmente, a Microeconomia estuda as ações e decisões tomadas por cada agente no sistema econômico, bem como a distribuição da produção e da renda entre eles.

Esse ramo da Teoria Econômica possibilita explicar as decisões de consumo tomadas por um indivíduo em função, principalmente, de alterações na sua renda e no nível de preços dos produtos que consome. Permite analisar, também, o comportamento de um produtor individual (ou empresa) frente aos custos de produção, ao preço do produto que ele comercializa e ao mercado em que atua.

Outra importante preocupação da Microeconomia é a forma como os agentes econômicos interagem uns com os outros para formar unidades maiores, ou seja, os mercados e setores da atividade econômica. Estudando o comportamento das empresas e dos consumidores e a interação entre eles, ela é capaz de explicar, por exemplo, como são formados os preços no mercado de automóveis, quanto as empresas automobilísticas investem anualmente e, ainda, quantos automóveis são produzidos a cada ano.

3.1.1 Conceitos básicos em Microeconomia

- Consumidores: representados pelos indivíduos ou famílias que compram (ou demandam) as mercadorias produzidas na economia, conforme suas necessidades e desejos, levando em conta sua renda.

- Empresa, Firma ou Produtor: é uma unidade que produz bens ou mercadorias e serviços, atua racionalmente, buscando a maximização dos seus resultados, ou seja, produção e lucro. Abrange um empreendimento de modo geral, que pode realizar atividades industriais, agrícolas e prestação de serviços.

- Fatores de Produção: são bens ou serviços transformados em produto. Entende-se por fatores de produção: os recursos naturais, como solo, minerais, água, os recursos humanos, representados pela mão de obra e os bens de capital, que são bens materiais produzidos pelo homem e utilizados no processo de produção de bens e serviços, como máquinas, equipamentos, automóveis e insumos.

- Produção ou processo de produção: é a transformação dos fatores de produção em produtos finais, os quais serão vendidos no mercado. Além da transformação dita acima, produção pode ser considerada também a oferta de serviços, como transporte de cargas, transporte coletivo, financiamentos, comércio e outras atividades prestadoras de serviços.

- Mercado: é um lugar determinado em que os indivíduos da economia realizam suas transações de compra e venda. O mercado deixou de ser uma conotação geográfica, um espaço físico, atualmente, os mercados são também lugares abstratos e virtuais em que os indivíduos podem igualmente realizar qualquer tipo de transação.

3.1.2 Divisão da Microeconomia

Nosso estudo da Teoria Microeconômica será dividido em: Teoria do Consumidor, Teoria da Demanda, Teoria da Firma, Teoria da Oferta e a Teoria Elementar do Funcionamento do Mercado.

Já é sabido que os indivíduos têm necessidades econômicas infinitas e ilimitadas. Por outro lado, tanto os recursos produtivos como os recursos financeiros dos próprios consumidores são limitados. Assim, mesmo que suas necessidades sejam ilimitadas, mesmo que os consumidores queiram, constantemente, consumir mais e mais bens e serviços, eles se deparam com um entrave ou uma restrição, denominada restrição orçamentária.

A Teoria do Consumidor estuda, justamente, o comportamento dos consumidores, das famílias ou dos indivíduos ao demandarem uma combinação de mercadorias que maximizam sua satisfação, porém, levando em consideração suas rendas (restrição orçamentária).

Assim, é possível afirmar que o principal objetivo de um consumidor racional é consumir o máximo de bens possíveis (para obter a máxima satisfação possível), porém, sem ultrapassar a sua restrição orçamentária.

É da Teoria do Consumidor que se origina a demanda ou procura por bens e serviços que depois serão transformadas nos rendimentos das firmas. Por isso, a Teoria do Consumidor está intimamente ligada à Teoria da Demanda, já que a demanda por um bem é o desejo do consumidor de adquiri-lo.

Com relação à Teoria da Firma, é importante destacar que o objetivo básico de todas as firmas é obter a maximização dos seus resultados. Em outras palavras, as firmas buscam sempre obter o lucro máximo possível. Perceba que foi utilizada a palavra “possível”. Isso porque, com certeza, as firmas querem produzir muitos bens e vendê-los para obter a maior receita possível e, assim, conseguir maximizar seu lucro, mas as firmas se deparam também com um entrave: os custos de realizar a produção.

Se não houvesse custos para se realizar a produção, ou seja, se as firmas ou empresas não tivessem que pagar pelo uso da mão de obra, das matérias primas, máquinas, etc. elas poderiam produzir infinitamente. Mas, na realidade, os fatores de produção são limitados e, por isso, existe um custo para utilizá-los.

Assim, a firma procura obter a máxima produção possível frente ao custo de se utilizar determinada combinação de fatores de produção (capital e trabalho).

Resumidamente, na Teoria da Firma, o indivíduo é representado pelo empresário, o qual deve combinar fatores de produção (escassos) para obter um nível de produto que maximize seu lucro, porém levando em consideração os custos de realizar a produção. É a partir da Teoria da Firma que surge a oferta de bens e serviços, os quais são usados pelos consumidores para satisfazer suas necessidades e desejos.

Portanto, essa teoria se relaciona muito bem com a Teoria da Oferta, pois a oferta de um produto é determinada pelas várias quantidades desse produto que os produtores estão dispostos a oferecer no mercado, em função dos níveis de preços desse bem e das necessidades e desejos dos consumidores em certo período de tempo.

A Teoria do Funcionamento do Mercado explica as relações entre demanda e oferta, o equilíbrio do mercado, os fatores responsáveis por mudanças na demanda e na oferta e os tipos ou estruturas de mercado.

3.2 Macroeconomia

A Macroeconomia “... tem por objetivo fundamental analisar como são determinadas as variáveis econômicas de maneira agregada...” (VASCONCELLOS, 2000, p. 14). Tais variáveis são, por exemplo, nível de produto, nível de preços, taxa de salários, nível de emprego, taxa de juros, quantidade de moeda, taxa de câmbio, progresso, crescimento econômico, distribuição de renda, entre outras. Perceba que essas são grandezas maiores que caracterizam a vida econômica do país como um todo.

A Macroeconomia ganhou maior impulso com a publicação, em 1936, da obra *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), do economista inglês John Maynard Keynes.

A teoria mais aceita antes do surgimento das ideias de Keynes era a teoria clássica, formada por pensadores como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e Stuart Mill. Esta assegurava que as economias alcançariam livremente, sem qualquer intervenção do governo, o nível de pleno emprego, nível este em que não existiam trabalhadores desempregados. As distorções ou problemas que pudessem surgir na economia, por exemplo, o desemprego seria rapidamente corrigido graças a livre flutuação dos salários e a economia voltaria ao pleno emprego sem necessidade de intervenção do governo.

Os clássicos supunham também que toda a produção da economia seria vendida. Segundo essa ideia, conhecida como Lei de Say, toda oferta gera uma demanda, não existindo, então, excesso de oferta em relação à demanda ou o contrário. Mais uma vez, qualquer distorção ou desequilíbrio entre oferta e demanda que viesse a ocorrer seria rapidamente corrigido pela livre flutuação dos preços e o equilíbrio entre oferta e demanda seria reestabelecido.

Porém, a realidade dos países industrializados do mundo ocidental na década de 30 era que o desemprego atingira proporções alarmantes, graças às consequências do pós-guerra e aos abalos sofridos com a crise de 1929. Além disso, não havia indicação alguma de que tal situação estivesse se autocorrigindo.

Foi então, que a teoria de Keynes tornou-se aceita mundialmente, desbancando a teoria tradicional. A principal preocupação de Keynes era explicar as causas da Grande Depressão de 1929 e, mais ainda, propor soluções para o fim da crise.

3.1 Diferença entre a Abordagem Micro e a Macroeconômica

A Microeconomia trata do funcionamento das unidades econômicas individuais, como famílias ou consumidores e as firmas e empresas ou produtores. A Macroeconomia trata das quantidades econômicas agregadas, como o nível de crescimento do produto nacional, as taxas de juros, desemprego e inflação.

Existem critérios que são adotados para a distinção entre a Micro e a Macroeconomia. O primeiro deles é o nível de abstracionismo envolvido, a microeconomia é considerada muito mais abstrata do que a Macroeconomia (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 69).

Em segundo lugar, vem o fato de a Microeconomia apresentar uma visão microscópica dos fenômenos econômicos enquanto a Macroeconomia possui uma visão telescópica que possibilita a ela visualizar o funcionamento da economia global (ROSSETTI, 2002, p. 69).

Uma terceira forma de distinção diz respeito às formas de comportamento das variáveis individuais, que serão estudadas aqui na Microeconomia, e das variáveis agregadas, variáveis estas que estudaremos em Macroeconomia (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 70).

O último critério de distinção está baseado na questão dos preços; de um lado, a Macroeconomia trata os níveis absolutos de preços e do outro lado, a Microeconomia trata os níveis de preços relativos, ou seja, como os preços de alguns bens variam em relação ao preço dos outros bens (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 70).

O conhecimento de ambas as áreas é fundamental!

3.3 Desenvolvimento Econômico

A área de desenvolvimento econômico também tem um enfoque macroeconômico e se preocupa com a melhoria do padrão de vida da sociedade ao longo do tempo. Esta área estuda o processo de acumulação de recursos escassos, o progresso tecnológico, a fim de aumentar a capacidade produtiva de bens e serviços e estratégias de crescimento econômico (PINHO & VASCONCELLOS, 2004, p. 28).

3.4 Economia Internacional

Em economia internacional, também é dado um enfoque macroeconômico para estudar as relações econômicas entre residentes e não residentes do país, as quais envolvem as exportações e importações e também os fluxos de capitais.

Retomando a conversa inicial



Parece que estamos indo bem. Então, para encerrar esse tópico, vamos recordar:

- **Seção 1 - Por que Estudar Economia?**

Conceituamos Economia e definimos seu objetivo. Nesta seção, também analisamos o principal dilema da economia: recursos produtivos escassos e necessidades econômicas infinitas.

- **Seção 2 – Sistemas Econômicos ou Regimes Econômicos**

Estudamos os tipos de sistemas econômicos ou estruturas de mercado, identificando suas principais características.

- **Seção 3 – As Áreas de Estudo da Economia**

Estudamos a divisão da Economia. Diferenciamos a Micro e a Macroeconomia.

Sugestões de leituras e sites

• Leituras

PINHO, Diva Benevides & VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval de. *Manual de Economia*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. *Fundamentos de Economia*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. *Manual de Microeconomia*. 2ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2009.

• Sites

<<http://bdadolfo.blogspot.com/>>

< <http://planetasustentavel.abril.com.br/home/blog>>

<<http://economiaecapitalismo.blogspot.com/>>